

## **Homenagem a Armando Sevinate Pinto**

**24 de Setembro de 2015**

### **“A Agricultura Portuguesa e a PAC”**

Francisco Avillez

Penso que só conheci o Armando Sevinate Pinto no Instituto Superior de Agronomia.

Ele vivia em Ferreira do Alentejo e frequentava o Liceu de Beja, eu residia na Ribeira de Santarém e era aluno do Liceu de Santarém. É muito possível que durante esse período nos tenhamos cruzado, mas não tenho consciência disso. Os meus pais eram amigos de muitos dos membros da Família Cordeiro, residentes em Santarém, à qual a mãe do Armando pertencia e eu era muito amigo de alguns dos primos dele, os Neto de Almeida, os Moncada Cordeiro e o Manuel Bastos.

Para além disso, uma das tias do Armando, a Senhora D. Maria Eugénia, como eu e os meu irmão e irmãs a tratávamos, era nossa vizinha na Ribeira. Várias vezes, no início da televisão em Portugal, me lembro de ter ido a casa dela assistir a programas televisivos e conhecer a avó do Armando, já então muito velhinha.

No Instituto Superior de Agronomia fomos contemporâneos e amigos, mas nunca chegámos a ser muito íntimos. Eu estava a viver em Cascais, em casa da minha avó e tias, e ele residia no Bairro. Ele jogava rãguebi e eu futebol. Ele tinha um grupo de amigos alentejanos com quem estudava e eu estudava quase sempre sozinho. No entanto, era um colega que eu apreciava imenso pela forma sempre simpática e alegre com que se relacionava com todos e fiquei amigo para sempre de alguns amigos do Armando, como o Francisco Silvestre Ferreira (que tão cedo nos deixou) e o José Alberto Guerreiro Santos.

Depois fui estagiar no Vale do Sorraia com o António Alberto Gonçalves Ferreira e sobre a orientação do Professor Fernando Estácio, mais tarde fiz uma pós-graduação em França, e foram poucas as vezes que nos voltámos a ver nos primeiros anos de 1970.

Quando voltei de França, ainda trabalhei uns meses na Junta de Hidráulica Agrícola, sob a orientação do Eng.º Joaquim Gusmão mas, em Março de 1972, segui com a Isabel, a Inês e o Francisco para Angola.

Mais tarde, voltámos a encontrar-nos em Luanda, mas de forma muito pontual. Ele prestava serviço militar em Cabinda e eu estava requisitado pelos Cursos de Agronomia e Silvicultura da Universidade de Luanda, em Nova Lisboa, período durante o qual nasceram os meus dois outros filhos, o Filipe e o Frederico.

Ele voltou a Angola em Abril de 1974 e eu regressei quase um ano mais tarde em Março de 1975 e, penso que até 1977, só nos encontrámos pontualmente. Durante esse período, ele trabalhou no Ministério do Comércio e eu passei pela Junta Hidráulica Agrícola e iniciei a minha carreira académica como assistente do Instituto Superior de Agronomia.

Foi a partir de 1977, quando ele iniciou a sua carreira de técnico no Ministério da Agricultura e eu fui convidado pelo Fernando Gomes da Silva para trabalhar como consultor no respectivo Gabinete de Planeamento, que não mais deixámos de sentir um pelo outro uma enorme amizade, que foi sendo consolidada ao longo dos anos, por percursos profissionais que sendo diferentes se foram cruzando inúmeras vezes, até à cerca de vinte e dois anos, e tornado num só com a entrada do Armando para a AGRO.GES, que havia sido fundada uns anos antes por mim e um conjunto de bons amigos e colegas.

Foi com o início da preparação da nossa adesão às Comunidades Europeias que as nossas carreiras profissionais mais trabalho conjunto proporcionaram, o qual acabou por se institucionalizar com a criação, em 1981, de um grupo de trabalho que ficou conhecido pelo PIAFE, no âmbito do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, que para além do Armando e de mim próprio, integrava, entre outros, o Luís Frazão Gomes e o Luís Albuquerque.

O trabalho deste grupo foi, para mim, extremamente enriquecedor porque me permitiu, continuando como docente universitário, acompanhar toda a fase inicial do processo de negociações para a Adesão às CE, assim como participar, conjuntamente

com o Armando, em numerosas acções de divulgação da PAC junto dos técnicos da Administração Pública e dos agricultores portugueses.

Foi durante este período que partilhámos numerosas experiências profissionais, uma das quais muito importante para o futuro da minha carreira de investigador e docente universitário, que foi o trabalho desenvolvido em conjunto com as equipas das Universidades de Stanford e Arizona no âmbito do Policy and Economic Studies Team (PEST) do Programa PROCALFER. Vem daí a grande amizade e respeito profissional que conhecidos agro-economistas americanos e europeus, como os Professores Scott Pearson, Tim Josling e Stefan Tangermann, dedicavam ao Armando, a qual ficou bem expressa nas palavras muito sentidas que me enviaram aquando da sua morte.

Não participei directamente no extremamente exigente processo de negociações de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, do qual o Armando foi um elemento chave, mas fui sempre por ele informado dos respectivos avanços e recuos e com ele festejei a assinatura do Tratado de Adesão.

Apesar de muitas vezes criticarmos o modo como a PAC foi evoluindo e a agricultura portuguesa se foi ajustando, o Armando e eu nunca pusemos em causa a justeza da decisão então tomada e sempre lutámos para que Portugal fosse capaz de tirar o melhor partido possível das medidas de política que se foram sucedendo ao longo do tempo.

O Armando debruçou-se muitas vezes sobre o tema central das suas preocupações de sempre: o impacto da PAC sobre a agricultura europeia em geral e a agricultura portuguesa em particular. A leitura que ele fazia sobre as limitações e potencialidades das agriculturas em causa no contexto da crescente liberalização dos mercados agrícolas mundiais, levou-o a concluir que a PAC não podia deixar de se basear em políticas de orientação “protecionista”. Foi por este motivo que ele reagiu negativamente ao início do processo de eliminação das medidas de suporte de preços aquando da reforma da PAC de 1992, reconhecendo, no entanto, que o seu efeito negativo tinha sido minimizado com a introdução das ajudas ligadas à produção. Foi também esta a razão pela qual sempre se opôs quase “ferozmente” ao processo de desligamento das ajudas, iniciado com a reforma da PAC de 2003.

Foi, aliás, neste contexto que as nossas ideias sobre as políticas agrícolas mais divergiram.

Para ele as medidas de política a privilegiar deveriam ser aquelas que assegurassem uma promoção da produção e uma melhoria dos rendimentos agrícolas, enquanto que para mim as políticas a adoptar deveriam ter como objectivos prioritários a promoção da eficiência no uso dos factores de produção e a estabilização dos rendimentos agrícolas. Daí que ele privilegiasse as medidas de suporte de preços e os pagamentos ligados à produção e eu um desligamento deste tipo de pagamentos e a crescente importância das medidas agro-ambientais e das medidas de estabilização de rendimento, de gestão dos riscos de mercado e das redes de segurança.

Como pude constatar pela leitura de uma carta que ele me mandou entregar no dia dos meus setenta anos, uma semana antes de nos ter deixado, estas “divergências” profissionais marcaram-no mais do que eu imaginava. Resta-me a consolação de ele afirmar, nessa carta, que na sua opinião tais divergências terem contribuído para o reforço da amizade e respeito mútuos.

Primeiro na Comissão Europeia e mais tarde como Ministro da Agricultura, a luta do Armando foi, certamente, muito mais empenhada e eficaz do que a minha que, no essencial, se limitou a ir acompanhando através da minha docência, investigação e transferência de conhecimento a promover e preparar, nas questões da PAC, um grupo de técnicos e de agricultores portugueses de quem hoje muito me orgulho.

Regressado de Bruxelas, a equipa da AGRO.GES teve a enorme alegria de ter podido passar a contar como o Armando como seu sócio. Já lá vão vinte e dois anos e é incalculável o valor da sua contribuição para centenas de trabalhos de consultoria por nós desenvolvidos durante estas duas últimas décadas. Ainda mais do que o trabalho contido nos relatórios, estudos, pareceres, avaliações, ..., foi a importância que ele teve na formação humana e profissional de todos nós.

Muitos dos artigos e intervenções públicas do Armando decorreram de reflexões dele em torno de trabalhos e de debates que o dia-a-dia da AGRO.GES lhe suscitou e que ele foi capaz de pôr no papel com a clareza, elegância e objectividade que sempre caracterizou a sua escrita.